

Cristina Pinto Albuquerque

O SÉNIOR E OS JOVENS
SOLIDARIEDADE OU CONFLITO INTERGERACIONAL?



ACADEMIA DAS CIÊNCIAS
DE LISBOA

ACADEMIA DAS CIÊNCIAS DE LISBOA

FICHA TÉCNICA

TÍTULO

O SÉNIOR E OS JOVENS. SOLIDARIEDADE OU CONFLITO INTERGERACIONAL?

AUTORES

CRISTINA PINTO ALBUQUERQUE

EDITOR

ACADEMIA DAS CIÊNCIAS DE LISBOA

EDIÇÃO

DIANA SARAIVA DE CARVALHO

ISBN

978-972-623-324-4

ORGANIZAÇÃO



ACADEMIA DAS CIÊNCIAS
DE LISBOA

Academia das Ciências de Lisboa

R. Academia das Ciências, 19

1249-122 LISBOA

Telefone: 213219730

Correio Eletrónico: geral@acad-ciencias.pt

Internet: www.acad-ciencias.pt

Copyright © Academia das Ciências de Lisboa (ACL), 2017

Proibida a reprodução, no todo ou em parte, por qualquer meio, sem autorização do Editor

O SÉNIOR E OS JOVENS. SOLIDARIEDADE OU CONFLITO INTERGERACIONAL?

Cristina Pinto Albuquerque

(Professora auxiliar na Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra; Investigadora Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX (CEIS20) da Universidade de Coimbra e do Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais (CICS/NOVA) da Universidade Nova de Lisboa)

Resumo

No presente capítulo advoga-se a tese de que a solidariedade e o conflito intergeracional não se constituem como manifestações antagónicas, mas como dimensões articuladas num processo de construção social, cultural e política das relações entre coortes geracionais. Assim sendo, considerando a velhice e o envelhecimento como constructos socioculturais, procurar-se-á compreender as condições e condicionantes da relação, ora da solidariedade, ora do conflito, entre coortes de jovens e de seniores, a partir de uma reflexão sobre a construção de estereótipos e categorizações sobre os anciãos, em diferentes espaços-tempo, bem como sobre os fatores sociais, culturais e políticos que podem influenciá-las. O capítulo termina com a proposta de bases renovadas para o contrato intergeracional.

Palavras-Chave: velhice, intergeracionalidade, solidariedade, conflito, contrato.

Abstract

In this chapter is argued the thesis that intergenerational solidarity and conflict are not constituted as antagonistic manifestations, but as articulated dimensions in a process of social, cultural and political construction of relations between generational cohorts. Thus, considering old age and aging as socio-cultural constructs, an attempt will be made to understand the conditions and constraints of the relationship, either of solidarity or conflict, between youth and senior cohorts, based on a reflection on the building stereotypes and categorizations on the elderly, in different time spaces, as well as on the social, cultural and political factors that can influence them. The chapter ends with the proposal of renewed bases for the intergenerational contract.

Keywords: Old age, intergenerationality, solidarity, conflict, contract.

Introdução

O aumento da esperança de vida — e o concomitante envelhecimento populacional — é, inequivocamente, um dos indicadores mais objetivos do desenvolvimento social, científico e tecnológico conquistado nas sociedades modernas ocidentais. Com efeito, a evolução dos conhecimentos médicos, a par de um investimento apreciável, quer no domínio dos suportes técnicos de diagnóstico e apoio à vida, quer no âmbito dos apoios sociais às populações envelhecidas permitiram,

sobretudo a partir da segunda metade do século XX, não somente prolongar a vida, mas também fazê-lo em condições de maior dignidade e qualidade.

Contudo, é também inegável que a expressividade do “duplo envelhecimento”¹, a que atualmente se assiste — com particular acuidade no contexto nipónico e europeu² —, preconiza, em paralelo, uma transformação e uma adaptação multidimensionais, e em muitos casos ainda de contornos indefinidos, dos contextos vivenciais e das políticas públicas direcionadas não somente para as populações envelhecidas, mas também para os jovens e para a população ativa. Na verdade, a este nível, inúmeros são os desafios, inéditos e profundos, que se colocam às sociedades contemporâneas, nomeadamente em termos de gestão e de readaptação do mercado de trabalho, de sustentabilidade dos sistemas de saúde e de proteção social, de readequação do planeamento urbanístico, de organização das famílias — na sua vida quotidiana e na articulação entre tempo de trabalho, tempo de lazer e tempo para a família (sobretudo quando existem situações de dependência a considerar) —, de readaptação das instituições sociais e dos seus modelos de funcionamento, tendo em conta, por exemplo, a mudança de perfis e de expectativas de idosos e famílias, entre outros.

Alguns destes desafios, e das respostas que necessariamente preconizam, têm mesmo sido equacionados, por diversos setores sociopolíticos, como um compromisso difícil de legitimar e de gerir em sociedades confrontadas com reptos de sustentabilidade financeira e de competitividade económica a nível global. Como afirma Andor (2012), muitos receiam que

«O pagamento de pensões e a prestação de serviços sociais e de saúde à crescente população de idosos se tornarão um fardo demasiado pesado para uma população jovem cada vez mais reduzida. Alguns prevêem até um confronto aberto entre as gerações, com os mais velhos a defenderem os seus benefícios sociais em detrimento das necessidades e interesses dos mais novos.» (s.p.)

¹ A noção de “duplo envelhecimento” pretende traduzir a ideia de que o envelhecimento demográfico ou populacional é produto da conjugação de dois fatores: 1) A baixa taxa da fecundidade e de natalidade; 2) O aumento da esperança de vida, quer à nascença, quer da população com mais de 65 anos. Saliente-se, porém, que a causa fundamental do envelhecimento se enquadra no primeiro fator. Neste domínio, o número médio de filhos por mulher em idade de procriar, na Europa, é de 1,6 (e em Portugal de 1,32), muito abaixo do limiar de substituição de gerações (2,1) (fonte: *World Population Data Sheet, do Population Reference Bureau*, 2011, http://www.prb.org/pdf11/2011population-data-sheet_eng.pdf).

² Embora o fenómeno do envelhecimento (aumento relativo da população com 65 e mais anos no total da população) seja patente um pouco em todas as regiões do mundo é na Europa que atinge proporções mais preocupantes. Em consonância com os dados do *World Population Data Sheet, do Population Reference Bureau* (2011), o Mundo tem, na atualidade, cerca de 559 milhões de indivíduos com 65 ou mais anos (8% da população do Planeta). As estimativas apontam para um número de mil milhões, em 2030 (um em cada oito pessoas terá 65 ou mais anos). No que diz respeito aos dados para Portugal, as pessoas com 65 ou mais anos representam já 18% dos habitantes, com previsões de aumento para 23% em 2030. Hoje, por cada 100 europeus, existem 16 com 65 e mais anos, estimando-se que, em 2030, o número suba para 24.

Dos dez países mais envelhecidos do Mundo, apenas um, o Japão (23%), não é Europeu. A Alemanha (20,7%) é o país mais envelhecido da Europa e Portugal (17,9%) ocupa a sexta posição, no contexto mundial e a quinta no contexto europeu.

O aumento do número de idosos seria assim, de acordo com estas perspectivas, um fator explicativo central para as dificuldades de sustentabilidade dos sistemas providenciais, mas também, de forma mais lata, para a afirmação competitiva das sociedades europeias no xadrez político-económico mundial.

Tais considerações, sobre os “efeitos nefastos” da existência de um grande número de idosos, estão na base de concepções e processos “idadistas”, que conduzem, em última análise, a atitudes de discriminação social (sobretudo de índole negativa), e mesmo, à (auto) segregação das pessoas idosas. Com efeito, as categorizações e estereótipos tendem, não somente a orientar atitudes e comportamentos, mas também, a gerar mecanismos de generalização e de homogeneidade artificial, que impedem uma análise mais profunda e multidimensional sobre as diversas vivências do envelhecimento e sobre as capacidades dos seniores.

O conceito de “idadismo” (ou *ageism*) foi introduzido, em 1969, por Butler, para traduzir precisamente os «estereótipos e discriminação sistemática contra as pessoas por elas serem idosas, da mesma forma que o racismo e o sexismo o fazem com a cor da pele e o género» (p. 243).

O preconceito associado a um grupo etário e, no caso dos mais velhos, ancorando-se em premissas da fragilidade, de dependência, de perda de inteligência, de improdutividade, de doença e de degradação estética, tanto pode ser exercido pelos indivíduos, no contexto social e profissional, como pode ser traduzido em políticas, medidas, instituições ou serviços (Castro, 2007; Lima, Marques & Batista, 2011; McGuire, Klein & Chen, 2008; Palmore, 1999). Na verdade, como afirma Marques (2016, p.19), «o idadismo não é apenas uma atitude negativa, individualizada em relação às pessoas idosas, mas espelha os nossos valores culturais mais profundos e as práticas institucionais da nossa sociedade». O idadismo pode igualmente consubstanciar-se numa espécie de “gerontofobia” (Catita, 2008; Castro, 2007), que se relaciona com o medo da morte e da perda associadas ao envelhecimento, conduzindo a processos de (auto ou hétero) rejeição, ou legitimando, pelo contrário, processos e políticas de discriminação positiva (Fuentes & Negredo, 2010; Palmore, 1999).

Neste sentido, os papéis (auto e hétero) atribuídos e reconhecidos não se dissociam da “representação” que, num dado contexto e num dado tempo, se produz sobre os idosos. Como evidenciam diversos autores (Sarlo, 1997; Debert, 1999; Rancière, 2005; Minayo & Coimbra Jr., 2002), as categorias de análise, marcadas por estereótipos, preconceitos e estigmas, tendem a configurar e delimitar, de forma mais ou menos estandardizada e generalizante, as concepções culturais, sociais, estéticas e biológicas da juventude e da “idade maior”. As referidas categorias condicionam inclusive o modo como os próprios idosos se auto-percebem e as expectativas relativas ao modo como podem ou devem agir, podendo dar origem a um conjunto de «profecias que se cumprem a si mesmas» (Montorio, Trocóniz, Colodrón & Losada, 2002) e que determinam, em última instância, atitudes confirmadoras do próprio estereótipo.

A compreensão dos processos de categorização social da velhice e da construção sociocultural das vivências associadas ao envelhecimento parece-nos, pois, ser um ponto de partida essencial para uma reflexão mais profunda, não somente sobre os

processos relacionais entre gerações, mas também, para a determinação de uma agenda sociopolítica renovada para a promoção de um nível de vida digno e com qualidade para as pessoas seniores.

Com efeito, na atualidade, perante um cenário de elevadas taxas de envelhecimento, colocam-se, não apenas os desafios políticos e económicos já brevemente esboçados, mas também, um conjunto de debates e de opções axiológicas centrais, nomeadamente no que diz respeito ao lugar, ao reconhecimento e à relevância dos idosos na (re)construção das sociedades atuais. Serão os interesses de jovens e seniores verdadeiramente incompatíveis? Fará sentido advogar uma lógica de ganhos e de perdas quando se pensa nas relações intergeracionais? Será legítimo fundar um debate que se centre na confirmação ou infirmação da ideia de que os “ganhos” alcançados por uma geração se fazem à custa de outras gerações?

O ponto de partida da reflexão, que perpassa o presente capítulo, é pois a discussão sobre a inter-relação — complexa e não determinista — entre a pertença geracional e, por um lado, a atribuição ou construção de uma categorização identitária e, por outro, os impactes sociais e políticos dela decorrentes, expressos designadamente nas formas de vida, nas expectativas mútuas e nos relacionamentos, seja em termos individuais, seja em termos familiares e coletivos.

Se no passado os anciãos eram valorizados pela experiência e pelos conhecimentos acumulados, logo reconhecidos como fontes de sabedoria — o que aliás continua a acontecer nas culturas orais, que se baseiam nas narrativas e memórias coletivas —, nas sociedades atuais, essencialmente competitivas e tecnológicas, esse prestígio dilui-se e o presente, em contínua transformação e superação, ocupa o lugar de um passado distante e julgado obsoleto. Por outro lado, a configuração das relações entre pessoas e entre gerações patenteia-se não somente nas tradições e costumes num dado espaço/tempo, mas também nas opções e dimensões políticas inerentes a um determinado “regime intergeracional”.

Assim sendo, o presente capítulo procurará discutir estes pressupostos e a sua possível correlação interna, centrando-se em três eixos de análise interrelacionados — a representação geracional, o relacionamento entre gerações e a “política intergeracional” — como pontos de referência para pensar uma “agenda sociopolítica intergeracional” para as sociedades atuais.

1. O “olhar do outro”: Em torno de categorizações e representações da velhice

A noção de “geração”, numa ótica restrita³, remete-nos para a coexistência, num determinado espaço/tempo, de distintos grupos sociobiologicamente definidos, ou seja,

³ Numa aceção mais lata, na Roma antiga, a tradução do termo “*generatio*” tinha o sentido de “*gênesis*”: “criação”, “procriação”. Desse modo, aquele que cria gera algo que é similar a si próprio em forma, mas que difere do seu criador. A este respeito podem ser destacadas duas ideias fundamentais: a gênese e a criação por um lado; a continuidade e o ciclo, por outro. A criação e a pertença articulam-se pois na ideia de geração. Esta é, assim, ao mesmo tempo distinta da anterior, mas partilha com ela características similares numa espécie de ciclo contínuo e simultaneamente diferenciado.

configurados em função da “idade” ou “fase da vida”, que se constitui como um marcador social de relevo, determinando papéis, estatutos e responsabilidades diversas. Ainda assim, como evidencia Neri (2001), por referencia ao conceito de “coorte” (conjunto de indivíduos que integram uma mesma geração),

«As pessoas não avançam isoladas em suas trajetórias de desenvolvimento, mas compartilham experiências socioculturais com seus semelhantes. Uma coorte consiste num conjunto de pessoas nascidas na mesma época, que entram e saem juntas de seus sistemas ou instituições — como, por exemplo, a escola e o trabalho —, e que tendem a experimentar os mesmos eventos históricos, nas mesmas épocas das suas vidas.» (p. 24).

Destaca-se pois a ideia de que as distintas “fases da vida” — infância, juventude, idade adulta e velhice — não são meras dimensões biológicas ou naturais, mas antes, realidades histórico-socialmente construídas e consolidadas. Por outras palavras, constituem-se, quer a partir dos limites etários (cada vez mais fluidos) que permitem distingui-las e estruturá-las, quer nos modos como são percebidas e vividas enquanto constructos diferenciados e osmóticos no espaço e no tempo.

Neste sentido, a idade cronológica (número de anos de vida) deve ser distinguida da idade fisiológica (associada aos processos de desenvolvimento e às capacidades físicas e mentais) e da idade social (relacionada com as condutas e papéis sociais considerados mais ou menos adequados em função da idade cronológica e das possibilidades funcionais de cada indivíduo). A chamada “idade social” preconiza, na verdade, não somente um lote de possibilidades e limitações, funcional e biologicamente determinadas, mas também um conjunto de representações sociais sobre o que cada “geração” pode/deve ou não concretizar e como. Por exemplo, a noção moderna de infância, emergente no ocidente europeu no final do século das Luzes, não se encontra dissociada de um conjunto de transformações sociais e políticas profundas então em curso. O crescimento da burguesia urbana e do sentido de um espaço privado, reduto para a descoberta e afirmação do afeto pelos “seus” e em particular pelas crianças é um fator de relevo na transformação do sentido de “infância”. O sentimento de afeto, na verdade, constrói-se e consolida-se num contexto no qual a qualidade das relações entre as pessoas começa a ter significado, a par do questionamento (social e científico) da imagem da criança como “adulto em miniatura”. É a identificação das suas especificidades e processos de desenvolvimento físico e psicológico que passa a justificar cuidados (físicos, emocionais, educacionais) específicos e, destarte, práticas sociais e políticas consonantes com essa perspetiva.

Do mesmo modo, hoje também a velhice se prolonga, proporcionando-se aos indivíduos maior longevidade, em melhores condições de saúde e de autonomia do que em épocas antecedentes. Começa pois a dissociar-se a idade cronológica da idade fisiológica, embora não seja de descurar a existência de inúmeras desigualdades que persistem a este nível (associadas, por exemplo, ao acesso ou não a bons cuidados de saúde em virtude de condições económicas e culturais distintas).

Na verdade, considera-se que a velhice é, em si mesma, o produto de um processo, que se vai desenrolando ao longo da vida como uma «sucessão de etapas de contornos pouco precisos e conteúdos multiformes» (Quaresma, 2006, p.18), devendo pois ser compreendida numa lógica de circularidade entre dimensões biológicas, sociais, culturais e psicológicas. Deste modo, o envelhecimento é algo que vai acontecendo ao longo de diferentes momentos, comportando pois processos de transição (biológicos, psicológicos, familiares, profissionais, sociais) diferenciados, continuidades e descontinuidades, que têm uma influência, mais ou menos profunda, na assunção de papéis distintos (procurados ou impostos⁴). O começo da reforma, as transformações da família (por exemplo, com a saída dos filhos de casa ou a perda do cônjuge/companheiro/a), a perda ou redução de mobilidade e, em consequência, de autonomia, a diluição de referências sociais (com a morte de amigos ou conhecidos, ou a transformação urbana), entre outros fatores, isolados ou conjugados, podem definir, de modo mais claro ou mais difuso, a “passagem” para a velhice.

Da mesma forma, considerando a dimensão processual do envelhecimento, existe uma «conexão entre a maneira como uma pessoa vive e a maneira como morre» (Elias, 2001, p.71). O que significa que as opções tomadas desde a infância e juventude terão implicações no modo de chegar à velhice e de a viver, configurando realidades distintas em função dos níveis de qualificação, da capacidade económica, das redes sociais e do sexo dos indivíduos. Os processos de envelhecimento e o modo como o mesmo se experiencia são pois pluriformes e exigem olhares não generalizantes e complexos. Na verdade, ainda que globalmente desenhadas por limiares etários⁵, as diferentes etapas do ciclo de vida correspondem — mais do que a realidades biológicas — a condições sociais e culturais, construídas histórica, política e economicamente, e vivenciadas de modo heterogéneo, e cada vez mais fluido, em função de distintos condicionalismos pessoais e contextuais. Deste modo, a periodização da vida não é mais que um mecanismo social e político artificial, que permite, tão-somente, associar etapas vivenciais a categorias socioprofissionais e a normas sociais “etárias”, bem como aos papéis e expectativas que as mesmas enquadram. As conceções sobre os papéis e as potencialidades da população idosa não podem, pois, deixar de ser enquadradas no contexto da sociedade na qual são edificadas ou condicionadas.

1.1. A (des)valorização social e cultural da velhice: Enquadramento socio-histórico

O primeiro texto conhecido, no Ocidente, dedicado à temática da velhice parece ter sido escrito pelo filósofo e poeta egípcio Ptah-hotep, no ano 2500 a.C., e mostra um retrato decrépito do ancião:

⁴ A reforma, por exemplo, corresponde a uma imposição legal de inatividade, sentida, em muitos casos, por muitas pessoas, como ilegítima e desnecessária.

⁵ Hoje em mutação de modo a apreender as transformações ligadas à longevidade. Neste âmbito, à noção de “terceira idade” acrescenta-se hoje a de “quarta” e “quinta idades”, ou as noções de “velho jovem” (dos 65 aos 79 anos) e de “velho-velho” (a partir dos 80 anos).

«Como é penoso o fim de um velho! Ele enfraquece-se a cada dia; a sua vista cansa, os seus ouvidos tornam-se surdos; a sua força declina; o seu coração não tem mais repouso; a sua boca torna-se silenciosa e não fala mais. As suas faculdades intelectuais diminuem, e é-lhe impossível lembrar-se hoje do que aconteceu ontem. Todos os seus ossos doem. As ocupações que até recentemente causavam prazer só se realizam com dificuldade, e o sentido do paladar desaparece. A velhice é o pior dos infortúnios que pode afligir um homem.» (cit. in Beauvoir, 1990, p. 114).

Na verdade, se nos centrarmos numa apreciação histórica do “valor” consagrado à velhice e do seu significado sociocultural ao longo do tempo, verificamos que, mesmo tendo sido reconhecida como fonte de sabedoria⁶, em alguns momentos e contextos, nunca foi ignorada, em paralelo, a sua fragilidade. Com efeito, as concepções de velhice tendem a oscilar entre um e outro pólo e o estatuto, ou representação, a ela associada ancoram-se no conjunto de valores e de expectativas inerentes a uma determinada sociedade e a uma determinada época, bem como aos seus padrões de estruturação e funcionamento. Tais padrões tendem a justificar ora a exaltação da velhice, ora a sua eliminação (efetiva⁷ ou simbólica).

A título de exemplo, na civilização helénica antiga, onde a beleza, os valores guerreiros e o vigor associados à juventude eram particularmente valorizados, a velhice era concebida, por um lado, como uma fase da vida temida e potencialmente desvalorizante e, por outro, como uma etapa de possível conquista de novas posições de prestígio e de honra, associadas à experiência, à autoridade do saber e à arte da argumentação e da prudência, consideradas essenciais na condução de assuntos públicos. Em Esparta, por exemplo, cabia aos mais velhos, não somente a preservação do *status quo* da sociedade oligárquica vigente, mas também, a formação das novas gerações nos valores e princípios direcionados para esse intento e para o respeito pela autoridade e pelo saber dos anciãos. Assim, ainda que a fragilidade física e a perda de vigor e beleza estética fossem salientados, não deixava de se reconhecer, em contraponto, o ganho de autoridade e de sabedoria que a velhice comportava (Blessmann, 2003). Com efeito, a clarividência, a sabedoria e o discernimento eram entendidas, por diversos autores clássicos, entre os quais Cícero (cit. in Blessmann,

⁶ Segundo um estudo efetuado por Holliday & Chandler (1986, cit. in Blessman, 2003), numa aceção de senso comum, a sabedoria está associada às seguintes competências: bom senso nos julgamentos, saber aprender com a vida, capacidade de contextualizar os factos humanos, capacidade de observação, capacidade de se compreender a si mesmo, capacidade de identificar a essência das situações, independência de pensamento, capacidade de dar bons conselhos, capacidade de encontrar alternativas baseadas nas experiências acumuladas, capacidade de pensar cuidadosamente antes de decidir e agir.

⁷ São conhecidos os casos ancestrais, no Japão e em determinadas tribos aborígenes, de “abandono” (social e culturalmente legitimado) à morte de membros idosos da comunidade. Sobre esta prática no Japão pode ser visualizado o filme de Shōhei Imamura, *La Ballade de Narayama* (1983), que explicita o confronto de valores entre a defesa da cultura e da tradição de um povo (que deve sacrificar filhos e genitores para assegurar a subsistência alimentar da comunidade) e a vontade pessoal e a afetividade entre os familiares.

2003), como características essenciais da velhice e justificativas do prestígio e do poder dos anciãos.⁸

A associação entre velhice e sabedoria encontra-se também patenteada na descrição das “idades da vida” e respetivas funções e expectativas sociais, até ao século XVIII, apresentada por Philippe Ariès (1981):

«Primeiro, a idade dos brinquedos: as crianças brincam com um cavalo de pau, uma boneca, um pequeno moinho ou pássaros amarrados. Depois, a idade da escola: os meninos aprendem a ler ou seguram um livro e um estojo; as meninas aprendem a fiar. Em seguida, as idades do amor ou dos esportes da corte e da cavalaria: festas, passeios de rapazes e moças, corte de amor, as bodas ou a caçada do mês de maio dos calendários. Em seguida, as idades da guerra e da cavalaria: um homem armado. Finalmente, as idades sedentárias, dos homens da lei, da ciência ou do estudo: o velho sábio barbudo vestido segundo a moda antiga, diante de sua escrivaninha, perto da lareira.» (p. 39)

A partir do século XVIII verifica-se, em toda a Europa, um crescimento populacional assinalável (associado nomeadamente ao aumento progressivo da esperança de vida), a par de um rejuvenescimento da população, fruto das conquistas científicas e do movimento higienista. Em paralelo, o lugar e o reconhecimento do velho na sociedade começam progressivamente a mudar e a adquirir uma feição mais negativa. Para este facto não será alheia a nuclearização da família burguesa e o enfoque na produtividade económica, que passam a estruturar as sociedades ocidentais sobretudo após a Revolução Industrial.

Neste sentido, o valor simbólico positivo associado à velhice e decorrente da experiência e da sabedoria adquiridas ao longo da vida, começa a diluir-se nas sociedades modernas. Como evidencia Debert (1999), a emergência de uma nova racionalidade associada ao trabalho produtivo e ao domínio de conhecimentos técnicos e tecnológicos, a partir da segunda metade do século XIX, remete os mais velhos para uma “zona cinzenta” de improdutividade, de ausência de papéis sociais reconhecidos como válidos e de decadência multidimensional (física, cognitiva, psicológica).

A corrente sociológica estrutural-funcionalista destaca igualmente a relação entre modernização e envelhecimento (Cowgill & Holmes, 1972), salientando o declínio do prestígio e da influência dos idosos nas sociedades industrializadas, associado à obsolescência dos seus conhecimentos em sociedades tecnológicas, à dificuldade de adaptação a mudanças rápidas e à desvalorização do tempo longo e da reflexividade, em prol da funcionalidade, do presente e do pragmatismo.

A própria estruturação dos tempos sociais passa a estar associada à lógica de alternância entre atividade e inatividade. Com efeito, nas sociedades modernas

⁸ Refira-se porém a este nível uma distinção clara entre homens e mulheres. A velhice feminina é concebida sobretudo, no contexto ocidental de feição mais patriarcal, como negativa e degradante uma vez que o prestígio e o “valor” da mulher se associavam sobretudo à procriação. Esta representação está patente também em diversas manifestações artísticas, por exemplo, na escultura de Míron de Tebas, Grécia, século I, “Velha mulher bêbada”, ou no teatro da Escola de Pérgamo (Grécia, século I) no qual as mulheres velhas eram representadas como seres decadentes e trágicas (Blessmann, 2003).

ocidentais, o tempo encontra-se estruturado entre “tempo de trabalho”, sujeito a esquemas reguladores e papéis expectáveis, e “tempo livre”, como o remanescente daquele. Este tempo liberto, circunscrito tradicionalmente ao espaço privado e familiar, contribui para a formação de uma identidade individual e social, em função de um quadro laboral que funciona como guia de construção vivencial. O trabalho assalariado constitui-se assim, neste modelo, como o núcleo central de estruturação dos tempos e dos ciclos vivenciais dos sujeitos em sociedade, com implicações evidentes na organização da vida privada. Sob a égide das sociedades industrializadas e protetoras instituiu-se assim uma espécie de “polícia das idades”, como afirma Annick Percheron (1991), essencial para a prossecução das finalidades da intervenção política no domínio social.

Diversos autores, integrados na chamada “sociologia do ciclo de vida” (Riley, Foner & Waring, 1989; Guillemard, 2003), têm sublinhado efetivamente a associação entre o trabalho assalariado, inerente à sociedade industrial, e a estruturação das etapas vivenciais dos sujeitos em três temporalidades, cronológica e qualitativamente delimitadas: o tempo da educação, o tempo do trabalho e o tempo da reforma. A definição objetiva e institucionalizada destes três tempos, distintos e sequenciais (logo, com grande potencial de previsibilidade), permitiu a construção política de um conjunto de direitos, obrigações e recursos, agregados a um percurso de idades e de papéis com uma dimensão simultaneamente individual e coletiva.

A arquitetura da ação pública adquire assim sentido e legitimidade, normativa e institucional, a montante e a jusante dos ciclos de trabalho e de não trabalho. Com efeito, a ação pública passou a estruturar-se, sobretudo a partir da segunda metade do século XX, em função de temporalidades hierarquizadas e bem delimitadas: numa primeira “idade”, a garantia de igualdade na frequência da escola e as políticas de apoio à infância, à família e à educação; numa segunda “idade”, a proteção social agregada ao trabalho e ao contrato social e, numa terceira “idade”, a proteção da velhice e o direito à reforma e ao repouso, sob um pressuposto contratual de confiança agregando o Estado e os cidadãos (Guillemard, 2008).

Neste âmbito, a passagem à reforma, por exemplo, ao agregar-se a um novo estatuto social dissociado da atividade produtiva pode conduzir a um processo de uma certa desvalorização social e pessoal. Como afirma Fernandes (2001),

«Ao passar à categoria de reformado, o ‘jovem velho’ encontra condições para adquirir as propriedades que são socialmente imputadas à velhice, perde o estatuto social atribuído a partir do trabalho profissional — a reforma é também uma forma de exclusão social — e adquire o estatuto desvalorizado de ‘reformado’.» (p. 44).

Assim, neste contexto, os velhos são remetidos progressivamente para uma existência sem significado e constrói-se, da velhice, um estereótipo negativo marcado por uma conceção de perda, de degradação, de inutilidade, de assexualidade e de dependência. Ainda assim, em contraponto, não deixa de ser também esta construção da velhice como um processo de perdas, de fragilização e de ruturas que contribui, de

alguma forma, para a edificação e legitimação, ao longo do século XX, de um conjunto de direitos sociais das pessoas idosas e para o incremento das suas possibilidades de autonomização e participação social nas sociedades modernas ocidentais.

1.2. A velhice positivada nas sociedades contemporâneas

As breves referências socio-históricas destacadas no ponto anterior mostram-nos que a velhice é de facto, não somente uma etapa previsível e biologicamente determinada na trajetória de vida de cada pessoa, mas também um constructo social e político. A percepção social do velho como incapaz decorre, na verdade, não somente de uma apreciação, mais ou menos objetiva, sobre as suas capacidades e possibilidades (físicas e cognitivas), mas também, e essencialmente, da legitimidade, social (e muitas vezes legalmente) reconhecida, ou não, para o exercício de determinados papéis e responsabilidades.

O estudo conduzido por Vallejo, Troyano e Marín (2001), que visa explicitar o modo como a velhice tem vindo a ser compreendida e concetualizada, nas últimas décadas, nas sociedades ocidentais, sublinha que, entre os anos 1950 e 1970, a velhice era percecionada como uma fase de decadência e de degradação —, associando-se, em muitos casos, a uma responsabilização do próprio velho e das opções por si tomadas ao longo da vida — e que apenas na década de 1990 começam a surgir, por força inclusive de transformações políticas e sociológicas, percepções mais positivas da velhice.

O aumento do número de idosos nas sociedades atuais, e a maior visibilidade social e política do envelhecimento e das suas características e consequências, tem potenciado, com efeito, algumas transformações em termos de reconhecimento da velhice como simbólica e culturalmente positiva. Os estereótipos negativos associados à velhice nas sociedades produtivistas e progressistas dos séculos anteriores parecem assim dar origem, no século XXI, a uma “nova ideologia” ancorada numa lógica de ativação, de participação, de novas formas de expressividade, de novos espaços existenciais⁹ e mesmo de novos papéis (associados, por exemplo, ao suporte aos filhos e netos face às novas exigências profissionais e à restrição das políticas públicas de suporte às famílias).

Já na Assembleia Mundial sobre o Envelhecimento, realizada em Viena, em 1982, se evidenciavam estas orientações, sublinhando que os idosos devem continuar a assegurar um papel ativo na sociedade, na fase da reforma, e aproveitar as oportunidades de realização pessoal por via de diversas atividades, designadamente de formação contínua.

⁹ Como referencia por exemplo Debert (1999, p. 27), hoje a experiência das mulheres transmuta-se radicalmente — sobretudo nos contextos urbanos — em termos de vivência da velhice, por referência às gerações antecedentes, das mães e das avós, que, aos 40 anos (ou no decurso de um processo de viuvez), passavam a vestir-se de preto e raras vezes saíam de casa. Isto relaciona-se, não somente, com a conquista de independência das mulheres pelo acesso ao divórcio e à profissionalização (com a consequente autonomia financeira), mas também por transformações apreciáveis em termos de expectativas e pressão social.

Neste âmbito, um conjunto de políticas e serviços têm vindo a ser promovidos, nas últimas décadas, tendo em vista a imagem e o desiderato de uma velhice dinâmica, ativa e potenciadora de novas descobertas e de realização pessoal. O turismo sénior, as universidades para a “terceira idade”, os ginásios especializados, a aposta nos cuidados de saúde preventivos e de manutenção, etc., são indicadores desta orientação. Os idosos tornam-se, neste contexto, consumidores relevantes, logo, alvo de atenção do próprio sistema económico.

Os avanços científicos permitem também hoje questionar, de modo fundamentado, alguns dos mitos e estereótipos seculares sobre a velhice e os processos de envelhecimento. A psicologia do desenvolvimento, por exemplo, admite atualmente (sobretudo desde os anos 1970) a coexistência entre envelhecimento e desenvolvimento (antes considerado associado apenas à infância e adolescência), bem como a presença de alterações na velhice concebidas como ganhos, nomeadamente as capacidades que decorrem do aperfeiçoamento de influências socioculturais (Neri, 2001). Três mitos associados à idade tardia são, neste sentido, questionados: a) a memória não diminui com a idade, mas transforma-se; b) a inteligência não se restringe deterministicamente com o tempo, desde que o idoso (saudável) se mantenha intelectualmente ativo; c) o velho continua a ter capacidades de aprendizagem, apenas procede a uma maior triagem do que lhe interessa aprender.

Assim, os estereótipos culturais tradicionais, assentes na imagem da degradação física e mental do idoso, começam a dar origem, nas sociedades contemporâneas, a uma representação mais positiva, ancorada em novas possibilidades de ação e de contributos efetivos e reconhecidos para a mudança social e cultural das sociedades nas quais se integra. A velhice torna-se pois progressivamente positivada, quer de um ponto de vista de representação social e cultural, quer de um ponto de vista político, como salientaremos no ponto seguinte do presente capítulo.

Saliente-se, porém, que esta “positividade” não significa necessariamente e em todas as situações a atribuição de valor à velhice em si mesma e ao que ela representa, mas antes, o prolongamento dos “valores e estilos de vida da juventude” em idades mais tardias. Prova disso é a interpretação errónea que muitas vezes se associa ao conceito e às práticas de “envelhecimento ativo”. Em sociedades hedonistas, sob o “império do efémero”, na perspetiva de Gilles Lipovetsky (1989; 2007), a aparência constitui-se como o elemento crucial de aceitação e de reconhecimento. Um certo padrão estético tende a impor-se como princípio estruturante das relações sociais. Neste sentido, embora a conceção do “belo” seja cada vez mais polimorfa, ela não deixa de estar associada à eternalização da juventude e à neutralização de tudo o que possa associar-se à velhice, entendida ainda como antecâmara natural da morte, do desvanecimento existencial ou da invisibilidade social.

A verdadeira positivação da velhice deverá comportar sobretudo a valorização das características específicas dos mais velhos, por si e em si, sem infantilizações ou paternalismo exacerbado, o que implica dizer que o adjetivo de ativação aplicado ao envelhecimento deve preconizar sobretudo a qualidade relacional e a afirmação da liberdade; a liberdade de ser, de pensar, de fazer ou de não fazer, em suma, de afirmação de si e de reconhecimento do outro.

2. “Olhares cruzados”: Relações e Regimes Intergeracionais

A chamada intergeracionalidade preconiza a validação ou a construção de espaços de coexistência, de diálogo, de partilha e de troca de experiências entre coortes geracionais num dado espaço/tempo. A este nível parece-nos importante questionar desde já as teses maniqueístas, que tendem a fazer o paralelo entre comunidades do passado, pretensamente mais coesas e solidárias nas relações entre gerações, e as sociedades atuais, comparativamente mais individualistas e conflituais.

É um facto que as sociedades se têm vindo a transformar em termos socioeconómicos, o que acarreta consigo, necessariamente, readaptações culturais e relacionais de relevo. Ainda assim, as relações intergeracionais continuam a constituir-se como um meio fundamental de partilha de afetos e cuidados, de valores, de interajuda e de garantia de proteção material.

O que parece alterar-se nas sociedades contemporâneas não é, pois, tanto a substancialidade dessas interações, mas antes, as formas e processos para a sua efetivação. Na verdade, a par de fenómenos de grande isolamento de pessoas idosas, também se assiste, na outra face da moeda, a um incremento, em quantidade e em intensidade, das relações intergeracionais, nomeadamente entre avós e netos, bem como à consequente transmutação dos contextos socializantes, doravante possibilitando um outro nível de partilha de conhecimento, de histórias e de experiências, numa lógica de dupla entrada (isto é, também os avós aprendem uma outra linguagem e outras referências culturais com os filhos e os netos integrados nas atuais sociedades tecnológicas). O sénior adquire assim, por esta via, na família e na comunidade, não apenas um papel instrumental, de suporte e de interajuda aos membros mais jovens, mas também a recuperação do reduto de sabedoria, de oralidade e de memória que, como já foi referido, se encontra associado a uma representação positiva da velhice.

A par desta “recuperação” de um papel relevante na família, evidencia-se também um incremento do movimento associativo sénior e do envolvimento social e político dos mais velhos, embora acusado por muitos de segregacionista e lobista.

Na verdade, as teses da conflitualidade entre gerações e as ameaças acrescidas de riscos para a coesão social decorrentes do duplo envelhecimento populacional emergem, com particular incidência, em períodos de crise económica e de escassez de recursos. A necessidade de definir prioridades de intervenção sociopolítica e a consequente determinação valorativa das áreas a apoiar, ou a descurar, coloca novamente em realce as teses da (in)utilidade ou da (in)eficácia funcional dos diferentes grupos sociais e, em última instância, da competitividade intergeracional no que concerne ao acesso aos empregos e à preservação de direitos adquiridos.

Diferentes autores (Bengtson, 2007; Wallace, 2001) destacam de facto a inevitabilidade do conflito entre gerações e do incremento da hostilidade, seja da população ativa para com os mais velhos, numa lógica de “luta pelos lugares”, seja dos mais velhos para com a população ativa e os políticos, numa lógica de garantia de direitos adquiridos por via de um contrato social que não pode ser questionado *a posteriori*. Como afirma Wallace (2001),

«A segunda metade do século XXI será aquela em que a ameaça de conflito entre as gerações será mais sério (...). Sob este cenário, os mais velhos irão usar o seu poder de voto para insistir no facto dos trabalhadores mais jovens amealhem para pagar-lhes as pensões. Mas os jovens irão resistir com o seu poder económico, aumentando os salários reais para os serviços que os mais velhos têm de pagar e escapando às contribuições sempre que possível, de modo que o fosso existente entre as economias legal e negra cresce ainda mais.» (p.253).

A solidariedade intergeracional não pode porém centrar-se numa mera lógica de “intercâmbio” financeiro e de “débito/crédito” entre gerações, mas ser fundada numa perspectiva de cooperação em diversas dimensões.

Inúmeros estudos sociodemográficos, realizados sobretudo nos Estados Unidos da América — onde se destacam as pesquisas de Matilda White Riley e colaboradores no *National Institute on Aging* —, têm sublinhado a importância das alterações demográficas e das expectativas de sucessão geracional, concebendo-as como um problema social relevante nas sociedades industrializadas do terceiro milénio (Goldani, 2004). Os eixos deste debate têm-se estruturado sobretudo em torno de duas teses: as chamadas teses da “equidade geracional” (Quadagno, Aschenbaum & Bengston, 1993) e as teses da “economia política do envelhecimento” (Walker, 1993).

As primeiras, preconizam que as gerações atuais, em idade ativa, não devem ser sobrecarregadas com responsabilidades inerentes a gerações anteriores. Deste modo, a proteção social aos idosos (entendida como mera transferência de recursos da população ativa para a(s) geração(ões) cronologicamente anterior(es)) é concebida, num contexto de luta por recursos escassos, como um fardo público a descartar, devendo ser essencialmente remetida para uma esfera de proximidade e de informalidade. Neste âmbito, a solidariedade intergeracional (sobretudo plasmada no seio familiar) é entendida como natural, espontânea e apriorística.

As teses da “economia política do envelhecimento” preconizam, por seu turno, que as sociedades se estruturam e consolidam tendo por base lógicas complexas de solidariedade entre gerações e direitos. O que significa que os diferentes atores se entrecruzam, se articulam e se co-constroem num determinado espaço/tempo, assumindo, em termos de efetivação do bem-estar coletivo, funções distintas e complementares, seja numa dimensão micro (família e redes de proximidade), seja numa dimensão macro (Estado e serviços) (Goldani, 2004). Neste sentido, estas teses consideram, por um lado, que as políticas sociais orientadas para os mais velhos têm de ser construídas numa perspectiva de conexão com as políticas económicas, de proteção à família e de desenvolvimento e, por outro, que a solidariedade intergeracional (mesmo no âmbito da família) não é um dado natural e espontâneo, mas antes, um constructo permanente, marcado por negociações, acordos, ajustamentos, contradições e conflitos potenciais (Pimentel, 2013).

Como fica patente neste debate, a substância das relações entre gerações, marcadas pela solidariedade ou pelo conflito, relacionam-se com a ideia de coesão. No entanto, esta constrói-se a dois níveis, necessariamente articulados. Um nível macro,

ancorando-se em políticas que promovam equidade entre gerações e em práticas institucionais que criem oportunidades para trocas intergeracionais. E um nível micro, promovendo e garantindo condições para interações com qualidade entre diferentes gerações, tal como as que são vividas em família e nas relações sociais de proximidade, logo, assegurando a justiça relativa para os diferentes membros no âmago das redes informais de apoio.

Ainda assim, a importância das relações intergeracionais não pode ser fundamentalmente definida pela sua contribuição para a coesão social, já que, desse modo, aspetos cruciais da dinâmica interna das referidas relações podem ser desconsiderados, ou serem subestimadas as condições sociais que as modelam. Saliente-se, a título de exemplo, as acusações às famílias atuais de maior fechamento, egoísmo e indisponibilidade para o suporte aos respetivos membros (em particular idosos em situação de dependência). Os julgamentos apressados têm necessariamente de ser enquadrados numa reflexão mais profunda sobre as condições sociais que permitem explicar a *décalage* muitas vezes existente entre o “querer” apoiar e o “poder” fazê-lo (Albuquerque & Pimentel, 2010).

Compreender e construir as relações intergeracionais é pois considerar a necessidade de um sistema multidimensional e alargado de cooperação e de apoio mútuo, entre diferentes grupos de idade, de modo a alcançar uma sociedade onde haja lugar para as pessoas de todas as idades, de acordo com as suas capacidades e vontade, e onde os seus diferentes papéis sejam reconhecidos.

2.1. A solidariedade intergeracional

A noção de solidariedade parece ter origem no direito romano. Neste contexto, “*in solidum*” significa a obrigação para com o todo, a responsabilidade geral e partilhada, a obrigação de todos e de cada um, por si e pelos outros. Esta lógica de agregação na obrigação (*obligatio in solidum*), ou de “cooperação responsável”, permite assim unir diferentes sujeitos desconhecidos e que assumem papéis complementares por via de um vínculo legal abstrato. A esta origem jurídica podem agregar-se duas outras fontes para a compreensão do conceito de solidariedade: a) a ideia de amizade civil (do grego *philia* e do latim *amicitia*) e de concórdia; b) a ideia cristã de fraternidade (o amor ao próximo numa ótica de irmandade universal) e de caridade (*caritas*) (Westphal, 2008).

Sob tais pressupostos na origem do conceito de solidariedade, a chamada solidariedade intergeracional pode ser discutida segundo dois parâmetros de análise distintos: um parâmetro sociopolítico e um parâmetro familiar e de proximidade.

Numa dimensão sociopolítica, a solidariedade constitui-se como uma categoria moderna de organização coletiva e uma forma específica de vinculação social, sobretudo a partir do século XIX. Por exemplo, no âmbito do chamado movimento solidarista, concetualizado em França sobretudo por Gide e Bourgeois, a solidariedade adquire um conteúdo normativo e um sentido partilhado e universal.

Charles Gide¹⁰ sublinha a transposição, nas sociedades modernas, da solidariedade natural e esperada (*solidarité de fait*), associada por exemplo à família e à comunidade de pertença, para a solidariedade construída e desejada (*solidarité devoir*) que visa a correção de falhas da solidariedade natural e a resposta a desigualdades. Para o efeito preconiza, por um lado a intervenção do Estado, tendo em vista a produção de legislação social que permita a garantia de liberdade e de segurança para todos os cidadãos e, por outro, a associação voluntária e cooperativa entre as pessoas.

Léon Bourgeois¹¹, por seu turno, consagra a ideia de solidariedade como a fonte de ligação e de coesão entre as pessoas. Enquadrando uma dimensão simultaneamente científica e moral, a solidariedade constitui-se, sob este prisma, como o princípio alquímico da vida em sociedade e como o elemento estruturante do “quase contrato” entre os indivíduos de diversas gerações. Numa lógica de agregação entre devedores e credores da vida conjunta em sociedade, o “contrato retroactivamente consentido” consagra a ideia de que a concretização do bem-estar do outro, por cada um dos contratantes através de um papel social bem definido, é também a concretização do seu próprio bem-estar. Uma nova moral social institui-se, assim, na vida em sociedade (Bourgeois, 1896; Ewald, 1986); uma moral que permitiu, ao mesmo tempo, ancorar os princípios do modelo social providencial e criar os mecanismos tecnocráticos e abstractos para a sua efetivação. A abstração da solidariedade concretizada por esta via permitiu, na verdade, por um lado a constituição de um sistema de agregação intergeracional de base orgânica e impessoal, mas, por outro, contribuiu para a diluição das bases da solidariedade concreta e de proximidade, cuja “recuperação” é hoje apontada como o elemento basilar para a superação da “crise” dos modelos sociais de base estatal.

Na verdade, tendo em vista a transformação do Estado de bem-estar, o apelo à “revivificação” da solidariedade familiar e comunitária, sobretudo no domínio do apoio a idosos, tem vindo a acentuar-se nas sociedades europeias contemporâneas.

Uma certa “ideologia familiarista” (Pitrou, 1994; Attias-Donfut, 1995; 2002) tende, assim, a emergir num quadro de apelo, mais ou menos explícito, dos poderes públicos ao suporte familiar, e à sua (pretensa) eficácia, para concretizar missões que o Estado por si só não pode, ou não quer, concretizar, nomeadamente, o apoio aos jovens desempregados ou com empregos precários, aos idosos (sobretudo dependentes), aos doentes crónicos e aos deficientes. O suporte aos membros da família mais desprotegidos corresponderia aliás, de acordo com determinados movimentos familiares de cariz mais conservador, à essência axiológica e cultural da própria família, fortemente ancorada no dom-de-si e na reciprocidade afetiva e material (Albuquerque & Pimentel, 2010). Lesemann e Martin (1993) referem, a este respeito, que a imagem da família que assegura os cuidados, nomeadamente aos mais dependentes, apesar de ser socialmente construída e de frequentemente não corresponder à realidade, é cada vez mais reforçada de modo a legitimar a necessidade de reencaixar a responsabilidade da prestação de cuidados na família e na comunidade.

¹⁰ Economista francês, 1847-1932.

¹¹ Político francês, primeiro-ministro e prémio Nobel da Paz (1851-1925).

No âmbito da discussão sobre as “teses familiaristas” colocam-se desde logo inúmeras questões associadas à substancialidade e às condições para o apoio social. “Poder ajudar” pressupõe disponibilidade temporal e financeira da família, bem como uma consideração mais profunda do nível de democraticidade no seu seio em termos de partilha de funções (normalmente cabe à mulher, como vários estudos demonstram, a tarefa de cuidar, muitas vezes em “dupla jornada”). Neste contexto, é importante perceber se as redes primárias têm realmente possibilidade para prover o bem-estar necessário aos seus elementos, se têm capacidade para suportar mais encargos, se é aceitável exigir-lhes novos reajustamentos e, sobretudo, conhecer as implicações desses reajustes para as famílias e para as estruturas em que elas se inserem. (Hespanha & Portugal, 2002).

A incapacidade de resposta no seio das redes primárias prende-se também, de acordo com inúmeros autores, com fatores amplamente interligados a tendências recentes no domínio dos valores e dos comportamentos demográficos. A fragmentação familiar associada à diminuição do número de casamentos e ao acréscimo das uniões livres, assim como o aumento das taxas de divórcio e de reconstituição familiar; a diminuição de potenciais efetivos disponíveis para integrarem as redes de apoio, resultante do decréscimo da fecundidade e da natalidade; a diminuição do tempo disponível para os cuidados, decorrente das elevadas taxas de atividade laboral e da valorização da carreira profissional por parte dos adultos de ambos os sexos; a redefinição dos papéis de género, associada a uma vivência menos tradicional da conjugalidade e a uma recusa das mulheres em restringirem a sua esfera de ação e de realização ao espaço doméstico, são alguns dos fatores que provocam alterações profundas na estrutura e na morfologia das famílias e que têm implicações na disponibilidade destas para prover os cuidados de que os seus elementos mais velhos e/ou dependentes necessitam (Albuquerque & Pimentel, 2010).

2.2. Conflito intergeracional

O conceito de conflito intergeracional aparece nas diversas abordagens sociopolíticas associado a dois fatores centrais. O primeiro relaciona-se com a diferenciação de valores, de práticas e de estilos de vida entre seniores e jovens. O segundo encontra-se associado aos processos de distribuição de recursos na sociedade e ao tipo de recursos considerados.

Diga-se, em primeiro lugar, que o conflito não é a outra face das relações de solidariedade, como se de dois fenómenos antagónicos se tratasse. As relações de solidariedade comportam em si a possibilidade de conflito, nomeadamente, como já foi referenciado, no quadro dos acordos familiares (Pimentel, 2001; 2013); e as relações de conflito não anulam a dimensão da solidariedade. No quadro das relações intergeracionais, ambas as dimensões se entrecruzam e interinfluenciam de forma complexa e dinâmica, até porque se parte do pressuposto que as relações de solidariedade familiar e comunitária não são “naturais” e espontâneas, mas construídas e reconstruídas continuamente.

Neste sentido, o conflito, sendo imanente à construção e desenvolvimento da própria relação, pode conduzir, em alguns casos, a práticas e atitudes discriminatórias. Tendo em vista a compreensão e o combate à discriminação negativa, Allport (1954) desenvolveu uma teoria ancorada na “hipótese de contacto”. Esta preconiza que à medida que os contactos intergrupais aumentam, as relações melhoram e as perceções sobre o exogrupo tornam-se mais positivas. Para esse efeito teriam no entanto de se verificar quatro pressupostos: a igualdade de *status* entre os membros; a existência de objetivos comuns; a cooperação intergrupala e uma sustentação institucional e normativa adequada (normas e sanções). Apesar das críticas que podem ser apontadas à teoria, desde logo ligadas a um certo consensualismo e homogeneidade de partida e à imprecisão sobre o “tipo de contacto” considerado, ela evidencia um fator importante para a superação ou minimização das práticas discriminatórias: o conhecimento mútuo numa perspetiva de comunicação aberta e de interaprendizagem.¹²

Na verdade, a maioria das análises referentes a um possível “conflito intergeracional” situam-se no âmbito das políticas sociais e da forma como as mesmas são, e devem ser, geridas e pensadas, face a contextos de inseguranças estruturais, decorrentes e produtoras de profundas transformações sociais e económicas (Goldani, 2004). A crítica, perpetrada por determinados setores, aos enviesamentos da política social, que tenderia a privilegiar o apoio às pessoas idosas e a remeter para segundo plano as preocupações com a população ativa e com os jovens, estaria na origem do dito “conflito intergeracional”, mais ou menos velado ou explicitado, consoante os contextos espaciotemporais. Ainda assim, as referidas dinâmicas de hostilização, ou a ameaça da população ativa quebrar o seu compromisso no contrato geracional, não têm sido demonstradas nos diversos estudos efetuados sobre o comportamento das gerações (Schlesinger & Kronebush, 1994; Camarano, 2002; Saad, 2002; Goldani, 2004). Na verdade, estão longe de ser comprovadas as relações empíricas, por exemplo, entre o agravamento da pobreza e a perda de apoios dos desempregados e o incremento de gastos com a proteção social de idosos. Alguns estudos colocam mesmo em destaque a diminuição dos níveis de pobreza global decorrentes de uma redução da pobreza entre a população idosa por via de políticas sociais específicas (como, no caso de Portugal, o aumento da pensão social e o surgimento do complemento solidário para idosos) (Rodrigues, Figueiras e Junqueira, 2011).

De qualquer modo, o conflito intergeracional, a existir (o que não se encontra, como foi dito, empiricamente comprovado), revelar-se-ia essencialmente no âmbito do contrato formal de transferências sociais entre Estado e cidadãos. No domínio do contrato informal, entre a família e os seus idosos, o debate parece situar-se a um outro nível (Schlesinger & Kronebush, 1994). Com efeito, as relações intergeracionais devem ser ponderadas num contexto mais vasto de compreensão das desigualdades sociais e intrafamiliares, bem como de uma política integrada e direcionada para a família,

¹² Há que considerar desde logo que muitas vezes o “contacto” não só não permite uma maior compreensão da diversidade (vejam-se por exemplo, os recentes casos de ataques perpetrados por “terroristas internos”), mas pode inclusive contribuir para o exacerbar dos conflitos, desde logo, se admitirmos que a identidade não é mais do que a afirmação e construção da diferenciação do outro, muitas vezes em confronto (Messu, 2006).

considerando os diversos elementos e dinâmicas que a constituem. Na verdade, neste âmbito, são as dinâmicas familiares, os processos de troca, por vezes bilaterais, a partilha, muitas vezes assimétrica, de papéis que se destacam como possíveis focos de conflito. A consideração da natureza e prevalência da solidariedade e das tensões no seio da família permite refletir sobre a solidariedade familiar como um fenómeno multidimensional e complexo, objetivado, de formas distintas, e muitas vezes imprevisíveis e contraditórias (marcadas por lógicas ora de obrigação, ora de solicitude, ora de gratidão, ora de pressão social), ao nível das relações entre pais e filhos, na fratria e entre avós e netos (Pimentel, 2001; 2013; Pimentel & Albuquerque, 2010).

O debate em torno das obrigações económicas, sociais e morais das novas gerações de jovens e adultos para com os idosos, e destes para com os jovens, adquire neste âmbito uma enorme relevância política e cultural.

3. Por um novo contrato intergeracional

Em 2004, o então Secretário-geral da ONU, Kofi Annan, desafiou as sociedades a conceberem o envelhecimento da população não como um peso, mas como uma oportunidade de desenvolvimento e de construção de uma sociedade intergeracional. Na mesma linha, a segunda Assembleia Mundial para o Envelhecimento de Madrid (2002) — *“Uma sociedade para todas as idades”* — recomendou que os governos deviam promover o apoio e a solidariedade intergeracional, ancorada nas seguintes prioridades: assegurar e manter o desenvolvimento em todas as idades; criar ambientes potenciadores para todos os grupos etários; assegurar o bem-estar das pessoas idosas.

A definição das dimensões inerentes a um novo contrato intergeracional não pode deixar de considerar tais aspetos, nomeadamente, possibilitando, ou evidenciando, processos de reconhecimento, pessoal e social, que não se reduzam a meras lógicas de produtividade económica estrita, mas que traduzam, por exemplo, a estima social inerente a outros papéis socioeconómicos (em sentido lato) para todas as idades, bem como a lógicas humanistas, estéticas e culturais, igualmente produtoras e consolidadoras de elos sociais renovados.

O conhecimento, experiência e sabedoria dos idosos seria, deste modo, agregado a uma lógica de vivência e de co-construção de processos de desenvolvimento integrais. Para o efeito é necessário criar, por um lado, numa dimensão política e comunitária, as possibilidades e oportunidades de participação na (re) construção do espaço público, e por outro, que o próprio idoso, numa dimensão mais micro, se reveja, no e pelo olhar do outro, como um membro social pleno. O diálogo entre gerações promove e consolida este sentido de consciencialização intersubjetiva e de envolvimento conjunto na identificação e co-construção das mudanças desejadas e necessárias (Both, 1999). Assim, como destaca Cheal (1987) o que requer hoje uma análise sociológica e política renovada é a vontade e capacidade dos idosos para dar, mais do que apenas a sua necessidade de receber. A longevidade humana ainda não foi entendida, pelos agentes políticos, sociais e educacionais, como essencialmente um fenómeno de alteração substancial do perfil humano e societal (Both, 2001), exigindo por isso um reajuste de

vivências, de processos de interconexão e de estruturas normativas e de intervenção, hoje, na maioria dos casos, anacrônicas. A redefinição de políticas, de respostas sociais e de papéis dos diferentes agentes de proteção, inerente a um (novo) contrato intergeracional, tem necessariamente de pressupor a ponderação multidimensional de tais pressupostos e preocupações (Albuquerque, 2014).

A reponderação das bases do contrato intergeracional pressupõe, com efeito, a necessidade de superar os debates ancorados em meros argumentos demográficos e económicos, ou em questões centradas apenas na idade cronológica. Como afirma Walker (1993, p. 143), «as muitas experiências que afetam os idosos seriam o produto de uma específica divisão de trabalho e da estrutura de desigualdades mais do que uma consequência do processo natural de envelhecimento». Assim sendo, perspetivas de análise restritivas, tendem a ocultar ou a desviar a atenção de aspetos cruciais para a (re)fundamentação de políticas, medidas, suporte e equipamentos, tais como: a heterogeneidade das experiências individuais de envelhecimento, os fatores estruturais que as condicionam (como o género, etnia, habilitações literárias e profissionais, estatuto económico e social) e os fatores substanciais (o sentido de autonomia, o significado atribuído à relação e à participação social, a autoestima e o reconhecimento das capacidades e possibilidades, a vontade de transformar contextos vivenciais, entre muitos outros), que tendem a influenciar as práticas e as expectativas, quer dos seniores, quer dos jovens, quer das famílias ou das organizações.

Considerações finais

Como evidencia o nobilizado Amartya Sen (2003), falar de desenvolvimento é falar de liberdade e de capacitação. Por outras palavras, na ótica do autor, uma sociedade desenvolvida é aquela que possibilita a efetivação da vida que as pessoas pretendem efetivamente viver. Deste modo, ser responsável por uma dada opção é, desde logo, assegurar que, no momento da decisão, outras opções existiam. Destarte, as políticas públicas, nomeadamente associadas à promoção da solidariedade entre e intragerações, têm de superar a mera preocupação com as necessidades básicas e adotar um prisma ético-político, exigente e global, assente na ampliação da noção de bem-estar: articulação entre o bem-estar material, social e espiritual, tendo em consideração as dimensões económicas, políticas e culturais da vida.

As bases para o debate e construção de um contrato renovado de solidariedade intergeracional ancoram-se neste pressuposto e preconizam, em consequência, a conexão entre três eixos de ação diferenciados: o delineamento e efetivação de políticas integrais de suporte à família e aos idosos; a criação de verdadeiras oportunidades de valorização dos mais velhos, sem pressupostos de infantilização ou paternalismo; a transformação cultural e axiológica, que permita compreender o diálogo entre gerações, não como uma necessidade de neutralização de uma das partes, mas como capacidade de criação de um discurso “terceiro”.

Em acréscimo, é essencial compreender a heterogeneidade das situações e condições de vida das pessoas agregadas sob o conceito genérico de “idosos”. A

consideração das diferenças pessoais e das desigualdades sociais, económicas e culturais constituem-se como o suporte ético do contrato intergeracional, no qual, a

«Salvaguarda da dignidade de todos os membros da família, de garantia da equidade de género e de reconstrução da liberdade pela aposta na capacitação e na reabilitação da memória e da experiência como âncoras de participação, integração e reconhecimento social dos idosos. Para o efeito é essencial a apropriação e valorização de tais experiências, saberes e memórias para produção de novos recursos, permitindo aos mais velhos uma presença mais efetiva no tecido societal, político e associativo das respetivas comunidades e promovendo desse modo a dissociação essencial entre valor, na essência da dignidade humana e da autodeterminação, e valor produtivo (associado a teses utilitaristas).» (Albuquerque, 2014, p. 16)

(Comunicação apresentada no Instituto de Estudos Académicos para Seniores,
no ciclo de conferências O sénior na sociedade,
a 29 de novembro de 2016)

Bibliografia:

ALBUQUERQUE, C.. *Um novo contrato de solidariedade intergeracional. Debates e Questões Críticas.* In H.R. Amaro da Luz & I.C. Miguel (coord.), **Gerontologia Social. Perspetivas de Análise e Intervenção**, pp. 7-19. Coimbra, Centro de Investigação em Inovação Social e Organizacional (CIS) do Instituto Superior Bissaya Barreto, 2014.

ALLPORT GW. *The nature of prejudice.* Reading, MA, Addison-Wesley, 1954.

ANDOR, Lászlo. *Envelhecer ativamente: um desafio para o indivíduo e para a sociedade.* In Conferência Envelhecimento e Inovação Social. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2013.

ARIÈS, Philippe. *História Social da Criança e da Família.* Rio de Janeiro, Livros Técnicos e Científicos Editora S.A., 2ª edição, 1981.

ATTIAS-DONFU, Claudine. *Les solidarités entre générations: Vieillesse, familles, État.* Paris, Nathan, 1995.

BEAUVOIR, Simone de. *A Velhice.* Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1990.

BLESSMANN, Eliane Jost. *Corporeidade e envelhecimento: o significado do corpo na velhice.* **Dissertação de Mestrado em Ciências do Movimento Humano**, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação Escola de Educação Física. Porto Alegre, 2003.

BENGTSON, Vern L. et al. *Intergenerational solidarity and conflict, Expert Group Meeting Intergenerational solidarity strengthening economic and social ties*, disponível em: http://www.un.org/esa/socdev/unyin/documents/egm_unhq_oct07_bengtson.pdf, 2007.

BOTH, A.. *Gerontologia: Educação e Longevidade.* Passo Fundo, Imperial, 1999.

BOURGEOIS, Léon. *Solidarité (La).* Paris, Armand Colin, 1896.

BUTLER, R.. *Age-ism: Another form of Bigotry.* **The Gerontologist**, 9, 1969, pp.243-245.

- CAMARANO, A. A.. *Brazilian population ageing: Differences in well-being by rural and urban areas*. Rio de Janeiro, IPEA (Texto para Discussão, 878), 2002.
- CASTRO, C.M.V.. *Representações Sociais dos Enfermeiros face ao Idoso Em contexto de prestação de cuidados*. **Dissertação de Mestrado em Comunicação em Saúde**. Universidade Aberta, Lisboa, 2007.
- CATITA, P.A.L.. *As representações sociais dos enfermeiros do serviço de urgência face ao doente idoso*. **Dissertação de Mestrado em Comunicação e Saúde**. Universidade Aberta, Lisboa, 2008.
- CHEAL, D. J.. *Showing them you love them: Gift giving and the dialectic of intimacy*. **The Sociological Review**, 35, 1987, pp. 150-169.
- COWGILL, Donald O., HOLMES, L.D. (eds). *Aging and Modernization*. New York, Appleton-Century Crofts, 1972.
- DEBERT, G.G.. *A reinvenção da velhice. Socialização e processos de reprivatização do envelhecimento*. São Paulo, Editora da Universidade de S. Paulo, FAPESP, 1999.
- ELIAS, Norbert. *A Solidão dos Moribundos, seguido de "Envelhecer e morrer"*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2001.
- EWALD, François. *L'État-Providence*. Paris, Grasset, 1986.
- FERNANDES, Ana Alexandre. *Velhice, solidariedades familiares e política social*. **Sociologia: Problemas e Práticas**, 36, pp. 39-50, 2001.
- FUENTES, C. & NEGREDO, A.. *Estereotipos viejistas en ancianos: actualización de la estructura factorial y propiedades psicométricas de dos cuestionarios pioneros*. **International Journal of Psychology and Psychological Therapy**, 10 (2), 2010, pp. 259-278.
- GOLDANI, A. M.. *Contributos intergeracionais e reconstrução do Estado de Bem Estar. Porque se deve repensar essa relação para o Brasil?* In A. A. Camarano (Ed.), **Os novos idosos brasileiros. Muito além dos 60?** (pp. 211-250). Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa Económica Aplicada (IPEA), 2004.
- GUILLEMARD, Anne Marie. *L'âge de l'emploi. Les sociétés à l'épreuve du vieillissement*. Paris, Armand Colin, 2003.
- GUILLEMARD, Anne Marie. *Les politiques sociales à l'épreuve de la nouvelle flexibilité temporelle du cours de vie*. In V. Châtel (Ed.), **Les Temps des Politiques Sociales** (pp. 75-94). Fribourg, Academic Press, 2008.
- HESPANHA, P.; PORTUGAL, S.. *A transformação da família e a regressão da sociedade-providência*. Porto, Comissão de Coordenação da Região Norte, 2002.
- LESEMANN, F. ; MARTIN, Cl. (Ed.). *Les personnes âgées. Dépendance, soins et solidarités familiales. Comparaisons internationales*. Paris: La Documentation Française, 1993.
- LIMA, M. & MARQUES, S. & BATISTA, M.. *Idadismo na Europa. Uma abordagem psicossociológica com o foco no caso Português: Relatório II*. Lisboa: Centro de Investigação e Intervenção Social. Instituto Universitário de Lisboa. Instituto do Envelhecimento, 2011.
- LIPOVETSKY, Gilles. *A felicidade paradoxal: ensaio sobre a sociedade de hiperconsumo*. São Paulo, Companhia das Letras, 2007.
- LIPOVETSKY, Gilles. *O império do efêmero: a moda e seu destino nas sociedades modernas*. São Paulo, Companhia das Letras, 1989.

- MARQUES, Sibila. *Discriminação da Terceira Idade*. Lisboa, Fundação Francisco Manuel dos Santos, 2016.
- MINAYO, Maria Cecília S., COIMBRA JUNIOR, Carlos (orgs). *Antropologia, saúde e envelhecimento* Rio de Janeiro, Editora FIOCRUZ, 2002. 209 p. ISBN: 85-7541-008-3. Disponível em SciELO Books <http://books.scielo.org>.
- MCGUIRE, S.L., KLEIN, D.A. & CHEN, S.L.. *Ageism revisited: A study measuring ageism in East Tennessee, USA*. **Nursing and Health Sciences**, 10, 2008, pp. 11–16.
- MENDES, F. R.. *Segurança Social. O futuro hipotecado*. Lisboa, Fundação Francisco Manuel dos Santos, 2011.
- MESSU, Michel. *Des racines et des ailes. Essai sur la construction du mythe identitaire*. Paris, Les Éditions Hermann, 2006.
- MONTORIO, I., TROCÓNIZ, M.I.F., COLODRÓN, M.S., & LOSADA, A.. *Dependencia y autonomia funcional en la vejez. La profecía que se autocumple*. **Revista Multidisciplinar de Gerontología**, 12 (2), 61-71, 2002.
- NERI, A. L.. *Palavras-chave em Gerontologia*. São Paulo/ Campinas, Editora Alínea, 2001.
- PALMORE, E. B.. *Ageism: Negative and positive*. New York, Springer, 1999.
- PERCHERON, A.. *Police et gestion des âges*. In A. Percheron & R. Rémond (Eds), **Âge et politique**. Paris, Éditions Economica, 1991.
- PIMENTEL, Luisa. *Filho és, pai serás...Cuidar de pessoas idosas em contexto familiar*. Lisboa, Coisas de Ler, 2013.
- PIMENTEL, Luisa. *O lugar do idoso na família: Contextos e trajetórias*. Coimbra, Quarteto, 2001.
- PIMENTEL, Luísa & ALBUQUERQUE, Cristina. *Solidariedades Familiares e o apoio a Idosos. Limites e Implicações*. **Textos e Contextos** (Porto Alegre), 9(2), 2010, pp. 251-263.
- PITROU, Agnès. *Les politiques familiales*. Paris, Syros, 1994.
- QUADAGNO, J., ASCHENBAUM, A., & BENGSTON, V. L.. *Setting the agenda for research on cohorts and generations: Theoretical, political, and policy implications*. In V. Bengston & A. Aschenbaum (Eds.), **The changing contract across generations**. New York, Aldine De Gruyter, 1993.
- QUARESMA, Maria de Lurdes. *Envelhecer – Desafios e Oportunidades nas Sociedades Contemporâneas*. **Viver, Vidas e Veredas da Raia**, nº1, pp. 17-19, ADRACES, 2006.
- RANCIÈRE, Jacques. *A partilha do sensível: estética e política*. São Paulo: EXO experimental, ed. 34, 2005.
- RILEY, Matilda White, FONER, Anne, WARING, Joan. *Sociology of Age*. In Neil J. Smelser (ed), **Handbook of Sociology**. Newbury Park, CA, Sage (pp. 243-290), 1989.
- RODRIGUES, C. F., FIGUEIRAS, R., & JUNQUEIRA, V.. *Desigualdades Sociais (conclusões preliminares)*. Lisboa, ISEG/ Fundação Francisco Manuel dos Santos, 2011.
- SAAD, P. M.. *Transferências informales de apoyo de los adultos mayores. Estudio comparativo de encuestas Sabe*. Santiago de Chile, Celade. Reunión de Expertos en Redes de Apoyo Social a Personas Adultas Mayores: El Rol del Estado, la Familia y la Comunidad, 2002.

- SARACENO, C. & NALDINI, M.. *Sociologia da família*. (2nd ed.). Lisboa, Editorial Estampa, 2003.
- SARLO, Beatriz. *Cenas da Vida Pós-moderna: intelectuais, arte e vídeo-cultura na Argentina*. Tradução de Sérgio Alcides. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.
- SCHLESINGER, M. & KRONEBUSH, K.. *Intergenerational tensions and conflict: Attitudes and perceptions about social justice and age-related needs. Intergenerational linkages. Hidden connections. In American society*. Springer Publishing Company, pp. 152-184, 1994.
- SEN, A.. *O desenvolvimento como liberdade*. Lisboa, Gradiva, 2003.
- VALLEJO, Alicia, TROYANO, Yolanda, MARIN, Manuel. *Percepción Social de la Vejez*.
- WALKER, A.. *Intergenerational relations and welfare restructuring: the social construction of an intergenerational problem*. In V. Bengston & A. Aschenbaum (Eds.), **The changing contract across generations**. New York, Aldine De Gruyter, 1993.
- WALLACE, Paul. *Terramoto Geracional*. Mem Martins, Publicações Europa- América, 2001.
- WESTPHAL, Vera Herweg. *Diferentes matizes da idéia de solidariedade*. **Revista Katálysis**, v. 11 n. 1 p. 43-52 jan./jun., 2008.